



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E HOTELARIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: ANÁLISE A PARTIR DE UM ES-
TUDO DE CASO**

VANESSA BITTENCOURT DE VASCONCELLOS

Seropédica
Novembro de 2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E HOTELARIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: ANÁLISE A PARTIR DE UM ES-
TUDO DE CASO**

VANESSA BITTENCOURT DE VASCONCELLOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examina-
dora como parte dos requisitos
necessários à graduação em Ser-
viço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Schmidt
Coorientador: Profa. Dra. Marisol Valencia Orrego

Seropédica
Novembro 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V331s VASCONCELLOS, Vanessa Bittencourt de, 1994-
SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: ANÁLISE A
PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO / Vanessa Bittencourt de
VASCONCELLOS. - Seropédica/RJ, 2020.
49 f.

Orientadora: Fabiana SCHMIDT.
Coorientadora: Marisol Valencia ORREGO.
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço
Social, 2020.

1. Questão Social. 2. Serviço Social. 3. Terceiro
Setor. I. SCHMIDT, Fabiana, 1974-, orient. II.
ORREGO, Marisol Valencia, 1977-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço
Social. IV. Título.

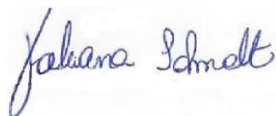
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E HOTELARIA
COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

VANESSA BITTENCOURT DE VASCONCELLOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à graduação em Serviço Social.

APROVADA EM 30 /11/ 2020 .

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Fabiana Schmidt (Orientadora)
(UFRRJ)



Profa. Dra. Marisol Valencia Orrego (Coorientadora)
(UFRRJ)

Maria Emilia Santiago Barreto
Maria Emilia Santiago Barreto
Chefe DEDH - ICSA - UFRRJ
SIAPE - 387367

Profa. Dra. Maria Emilia Santiago Barreto
(UFRRJ)



Msc. Vanessa Cristina dos Santos Saraiva
(Doutoranda PPGSS – UERJ)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero começar esse agradecimento lembrando do dia em que pisei na Rural e a olhei diferente e nesse momento pedi a Deus para que se fosse da vontade dEle eu viesse conquistar uma vaga. Não foi fácil, mas quando vi meu nome na lista de espera e depois como classificada meu coração foi só gratidão. E começo agradecendo aqui aquele que é digno de toda honra e toda Glória, ao meu Deus. Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de realizar esse sonho. Foi Ele quem me deu forças e sustento para prosseguir nesse caminho tão difícil. Obrigada Senhor!

À minha orientadora Fabiana e coorientadora Marisol pela dedicação e carinho em cada etapa desse caminho na execução do trabalho. Sem vocês nada disso seria possível.

À minha banca, Maria Emilia e Vanessa, por terem sido tão dedicadas em todo o processo e por terem investido tempo na minha formação.

Aos meus pais, Vagner e Valéria e ao meu irmão Vinícius. Dedico essa tão sonhada realização a vocês. São eles que me dão segurança nos dias que me sinto e senti perdida, é no abraço de vocês que me sinto segura e em paz. Sou grata a Deus por ter me presenteado com uma família como a nossa, sou muito feliz em ter vocês como os meus pais e principalmente meus amigos. Agradeço pelo companheirismo, por estarem ao meu lado em todos os momentos da minha vida, sendo conquistas ou dificuldades, pelo investimento e incentivo desde berço para que eu fosse uma pessoa melhor a cada dia. Vocês me ensinaram a não desistir, e ir atrás dos meus objetivos mesmo que pareçam impossíveis e me ensinaram que sou capaz de vencer medos e dificuldades.

Vi, obrigada pelas noites dos irmãos nela eu conseguia me divertir e esquecer dos trabalhos, provas e isso nos uniu mais ainda. Amo nossa amizade e companheirismo, você faz com que meus dias sejam mais alegres. Sem vocês e Deus eu não seria nada. Amo muito nossa família!!

Ao meu marido, Levi. Sou grata a Deus pela benção de te-lo como o meu eterno namorado. Você foi e continua sendo a minha melhor escolha. Muito obrigada por ter ficado ao meu lado todo tempo. Agradeço por sua dedicação, companheirismo, amizade, carinho no meu dia a dia, pelas palavras otimistas dizendo que eu iria conseguir vencer e principalmente na dificuldade em apresentar os seminários. Obrigada por tudo meu amor. Te amo demais!!

Ao meu filho Benício, que foi o grande trampolim para que esse trabalho fosse concluído com sucesso e a tempo de findar esse ano. Obrigada meu amor, mamãe já te ama muito.

Aos meus avós, Areni, Elza, Elias e José Chaves que me deram muito amor e carinho em cada etapa vivenciada nessa jornada, a participação de vocês foi fundamental. Lembro da vibração de cada um quando contei que tinha passado para UFRRJ. Meu avô Zito todo orgulhoso, sempre fazia questão de saber como andavam as coisas, minha avó Elza sempre se preocupava com as provas e sempre dizia que iria orar para eu ir bem. Minha avó Areni, com suas ligações dizendo que tudo ia dar certo para eu ficar calma e para melhorar no meu primeiro dia de estágio ela estava lá toda ansiosa me esperando com o meu lanche favorito que só ela sabia fazer (biscoito de polvilho). São momentos e lembranças que já mais sairão da minha memória. Para vocês vai o meu muito obrigada. Amo muito cada um de vocês e sinto muita saudade dos que já não se fazem presente aqui conosco.

Aos meus tios, Angelo, Leandro, Lohayni, Marta e primos Maria Alice, Maria Clara e Matheus. Obrigada por serem tão presentes na minha vida, agradeço por todo incentivo e “Você vai conseguir” ou “Vanessa e o tcc?” cada gesto e carinho foi essencial nessa trajetória. Vocês são minhas preciosidades!

Aos meus sogros, Arenildo e Janeide. Obrigada pela disponibilidade de vocês em querer sempre nos ajudar e pelos conselhos valiosos. Vocês são muito importantes para mim.

As minhas amigas que fiz durante essa jornada universitária, Caroline, Cláudia, Emanuelle, Isabella, Marylande e Natacha. Os momentos que passamos juntas serão guardados para sempre em meu coração. Essa amizade quero levar para além da universidade. Vocês fizeram os dias mais divertidos e leves. Obrigada pelo ombro amigo nos momentos de desespero nos finais de período, juntas conseguimos vencer esse tão esperado final de todos os períodos.

Por fim, agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ao corpo docente do curso de Serviço Social por proporcionar anos de aprendizado que contribuíram para a minha formação profissional e aos funcionários que se dedicam em facilitar nossos caminhos lá dentro,

Agradeço todos que citei aqui, pois sem vocês não conseguiria traçar esses caminhos sozinha, não seria possível conquistar esse sonho tão lindo sem vocês ao meu lado. Aqui fica o meu agradecimento a todos vocês.

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios.

*Mais do que nunca é preciso ter coragem,
é preciso ter esperanças para enfrentar o presente.*

É preciso resistir e sonhar”

(Marilda Vilela Yamamoto)

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre o Terceiro Setor e suas implicações para as políticas públicas e os tensionamentos sobre o trabalho do Assistente Social. Seguindo o percurso teórico: a categoria trabalho e a “questão social”, o contexto de surgimento das políticas no Brasil, chegada do Terceiro Setor no Brasil e o trabalho profissional nesses espaços. Buscou-se conhecer a intervenção do Serviço Social frente às expressões da “questão social”. Para realizar este trabalho foi adotado como abordagem metodológica o levantamento bibliográfico de autores como Montañó (2010), Santos (2013), Marx (2011), Yamamoto (2000), Netto (2007) e Landin. A escolha deste tema efetivou-se a partir de uma experiência realizada no período de estágio, na Fundação Leão XIII de Seropédica. Objetivamos contribuir para uma visão crítica sobre o trabalho do Assistente Social no Terceiro Setor, tendo como perspectiva a compreensão da “questão social” como objeto da profissão. Verificamos que nesse processo existem limites, mas também possibilidades. Que possam reforçar o caráter de direito social e romper com as ações assistencialistas.

Palavras-chave: Questão Social, Terceiro Setor, Serviço Social

ABSTRACT

The present work discusses the Third Sector and its implications for public policies and the tension on the work of the Social Worker. Following the theoretical path: the category of work and the "social issue", the context of the emergence of policies in Brazil, the arrival of the Third Sector in Brazil and professional work in these spaces. We sought to know the intervention of Social Work in the face of expressions of the "social issue." To carry out this work, the bibliographical survey of authors such as Montaña (2010), Santos (2013), Marx (2011), Iamamoto (2000), Netto (2007) and Landin was adopted as a methodological approach. The choice of this theme was made based on an experience carried out during the internship period, at the Leão XIII Sero-pédica Foundation, aiming to contribute to a critical view on the work of the Social Worker in the Third Sector, with the perspective of understanding of the "social issue" as an object of the profession, we verify that in this process there are limits but also possibilities, which can reinforce the character of social law and break with the assistance actions.

Keyword: Social Issue, Third Sector, Social Work

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. CATEGORIA TRABALHO E A QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS INICIAIS PARA O DEBATE.	15
1.1- TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES ..	15
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	28
2.1- POLÍTICAS PÚBLICAS, NEOLIBERALISMO E O DESMONTE DAS POLITICAS: CONSEQUÊNCIAS PARA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	28
3. TERCEIRO SETOR NO BRASIL.....	34
3.1- BREVE HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR E SUA CHEGADA AO BRASIL.....	34
3.2- TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM SEROPÉDICA	39
3.3- TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA DE SEROPÉDICA	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre Terceiro Setor e suas implicações para as políticas públicas e os tensionamentos sobre o trabalho do Assistente Social. Portanto, adotaremos o seguinte percurso teórico: contexto de surgimento das políticas no Brasil, chegada do Terceiro Setor no Brasil e o trabalho profissional nesses espaços.

É importante destacar que a escolha deste tema foi feita a partir de uma experiência realizada no período de estágio¹, na Fundação Leão XIII de Seropédica. O local oferece oficinas para geração de emprego e renda, as quais são ministradas pelo oficineiro e Assistente Social, e são atividades como pinturas em tecidos, reciclagem, trabalhos manuais com emborrachado, desenhos em sabonetes, bem como confecção de documentos entre outras atividades.

Assim as inquietações surgiram acerca da atuação do Serviço Social neste espaço sócioocupacional, onde envolvia a lógica da ajuda e caridade, remontando o assistencialismo. Ou seja, era desenvolvido um trabalho neste espaço sócio ocupacional que remetia os referências da década de 1930 com os ideais doutrinários pela influência conservadora.

Cabe lembrar que houve ruptura com o conservadorismo no período depois da ditadura, onde se configura como um marco para a profissão. Esse fator histórico foi denominado como Movimento de Reconceituação na qual tinha a disposição pela ruptura com o conservadorismo e adesão a um projeto profissional vinculado as lutas sociais e aos direitos da classe trabalhadora. Isso significou transformações e desenvolvimento no campo teórico e prático da profissão.

Essa inserção no equipamento permitiu realizar algumas observações a respeito do processo de trabalho, das demandas e de como os profissionais correspondem a tais demandas. Com isso as inquietações surgiram acerca da atuação do Serviço Social neste campo, onde envolviam conflitos de interesse e

¹ O estágio cursado nesta fase foi o estágio II em 2018, que foi feito por um curto período porque houve uma troca de campo de estágio, mas foi necessário para adquirir mais experiências e um espaço importante para pensar criticamente sobre o tema Terceiro Setor.

não havia autonomia por questões políticas, econômicas e culturais. As formas de “fazer” política e capacitação/formação dos usuários eram de certa forma voltadas ao assistencialismo, fazendo com que o trabalho profissional estivesse comprometido.

Quando trazemos o Assistente Social como profissional que atua no campo do Terceiro Setor é preciso entender que suas ações devem ir além das margens do assistencialismo e se alinhar a categoria da emancipação humana buscando a efetivação dos direitos na vida dos sujeitos.

Contudo o Terceiro Setor é um espaço perpassado por contradições pois em alguns lugares ainda se trabalha com a configuração da ajuda e sem a visão da possibilidade de superação das expressões da “questão social”². Isso porque acabam minimizando as demandas das expressões da “Questão social” e consequentemente promovem ações, superficiais e imediatas, transformando a realidade imediata.

Sendo assim, será utilizado como método de pesquisa para desvelar essa realidade o resgate bibliográfico de obras que dialoguem acerca da gênese, operacionalidade e do Terceiro Setor no Brasil e do Serviço Social nesse espaço. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar maior contato com o tema, que no caso desta pesquisa foi com levantamento bibliográfico e a partir de investigações de referências teóricas já pesquisadas onde será discutido também a experiência do estágio.

O presente estudo está dividido em três capítulos. No capítulo I será trabalhado um tópico sobre a categoria trabalho e a questão social. No capítulo II é apresentado um pequeno histórico do Terceiro Setor no contexto sócio histórico e sua introdução no Brasil, envolvendo as lutas sociais democráticas que culminaram na constituição de 1988 e bem como o neoliberalismo que impactou e trouxe muitas mudanças nas políticas sociais. O capítulo III é dedicado ao estudo do Terceiro Setor com fundamentação a partir de autores como MONTAÑO

² A utilização das aspas no termo questão social para Netto, significa o que ele mesmo diz, como um pensamento revolucionário onde “passou a identificar, na própria expressão “questão social” uma tergiversação conservadora, e só empregá-la indicando esse traço mistificador”, ou seja, para diferencia-lo da questão social trazida na análise conservadora. (NETTO, 2001, p45)

(2010), SANTOS (2013), LANDIN, e compreender a inserção do Assistente Social que integram Terceiro Setor.

Consideramos de grande relevância contribuir com uma visão crítica sobre o trabalho do Assistente Social no Terceiro Setor na perspectiva da luta pela consolidação dos direitos e pela efetivação das políticas sociais que venham ser garantidas através das conquistas da Constituição de 1988 e não pelo assistencialismo que muitas vezes é (re)atualizado pelo Terceiro Setor.

1. CATEGORIA TRABALHO E A QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS INICIAIS PARA O DEBATE.

Neste tópico serão analisadas as categorias trabalho e a questão social. Partimos do pressuposto de que o trabalho adquire centralidade no capitalismo, isso ocorre ao mesmo tempo em que ele foi perdendo o seu caráter emancipatório a partir da alienação. Com a ampliação do modelo mercantil, ocorre posteriormente um processo de industrialização, na mesma medida em que ocorre um avanço tecnológico há o agravamento do pauperismo. E é aqui que o desenvolvimento da questão social se tornou visível. Segundo Netto (2007), a “questão social” pode ser caracterizada como o conjunto das expressões que explicam as desigualdades sociais existentes na nossa sociedade em virtude da lógica de acumulação capitalista.

Esse período em que as expressões da “questão social” passa a ser institucionalizada pelo Estado é o mesmo momento em que o Serviço Social se desdobrava para se alicerçar enquanto profissão a qual foi se ajustando juntamente ao processo de institucionalização das expressões mais críticas da “questão social”.

A questão social, posteriormente é reconhecida como objeto de intervenção profissional do Serviço Social. Nesse sentido, será necessário entendermos acerca do trabalho com a intenção de chegarmos no objeto de intervenção que é a “questão social”. A fim de que com esse apanhado histórico possamos nos situar, bem como compreender como as expressões da “questão social” se apresentam na contemporaneidade, como impactam o fazer do profissional em diferentes espaços, dentre eles o Terceiro Setor, como um espaço de atuação dos Assistentes Sociais e que precisa ser problematizado em função de suas múltiplas contradições.

1.1- TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A categoria trabalho é complexa por possuir funcionalidades distintas a partir da determinação histórica, política e social que a atravessa. Se de um lado o conceito do trabalho na perspectiva ontológica está diretamente relacionado

ao desenvolvimento humano e transformação da natureza, do outro ela é demarcada pela ideia de assalariamento, alienação e exploração quando reposicionado na ordem capitalista (Marx, 1985 p.149).

Mas de acordo com Marx (1985), o trabalho como práxis é o lugar onde o homem atua por sua própria vontade “na qual media, regula e controla” esse processo entre ele e a natureza, onde é capaz de criar e atingir seus objetivos e ideais bem como se desenvolver.

Assim, o trabalho é responsável pela constituição do ser social, é a categoria fundante do homem, que dá a ele um sentido de ser e existir, onde permite criar, modificar algo e a si mesmo e também a desenvolver suas potencialidades num processo onde é capaz de fazer suas escolhas. Deste modo o trabalho dá a possibilidade de não apenas atender as necessidades individuais, mas, as necessidades da coletividade a medida em que se vai complexificando.

É importante considerarmos que na perspectiva ontológica “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 1985 p.149).” Sendo assim observa-se a importância que o trabalho possui na vida do homem, pois com isso se tem uma relação de transformação entre as duas partes, uma relação dialética, que avança e retrocede, no horizonte de avanços históricos e processuais. Assim, trabalho é possibilidade, mas também é exploração da força de trabalho onde submetem os trabalhadores a condições precárias e injustas.

É neste processo que o homem modifica a natureza para suprir suas necessidades desde as mais comuns como alimentação e habitação para sua proteção até aquelas que estão postas na imaginação. É nesse ponto que o homem começa a criar as suas necessidades. Essas necessidades vão se complexificando conforme o homem interage com o meio.

Desta forma, a partir do desenvolvimento do trabalho e do homem, algumas capacidades foram desenvolvidas como a consciência, a linguagem e a teleologia, sendo a última definida como a capacidade do homem imaginar a maneira em que irá transformar o material natural em um artefato, algo antes

mesmo de ser produzido ou construído. Assim, se o homem conseguir se transformar, a natureza automaticamente transforma-o também. (MARX,1985)

Marx (1985) diz que esse modo de realizar o trabalho, de projetar algo e executar transformando-o em um produto é uma capacidade desenvolvida somente pelo homem. Essa capacidade é o que diferencia ele de um animal, pois somente o homem pode realizar esse momento de reflexão e planejamento ao mesmo tempo em que começa a produzir seus próprios meios de existência. Marx afirma que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos e suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985 apud IAMAMOTO, 2001).

Diante do exposto podemos afirmar que o homem é único capaz de antecipar produtos, artefatos, objetos. Nesse processo de construção é preciso considerar a produção e desenvolvimento de instrumentos que facilitem sua relação com a natureza e com a atividade do trabalho. Antes o homem utilizava uma lança para caçar, depois descobre que com um machado sua ação será facilitada.

Ou seja, ele desenvolve tecnologias, afasta-se das barreiras naturais, produz novas necessidades e as atende. Sendo assim, produz o valor de uso (resultado do trabalho concreto), Marx (2006) fomenta que “na forma de sociedade que vamos estudar (o capitalismo), os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca” (MARX, p 58). Desta forma entende-se que o valor de uso continua a ser o conteúdo material da riqueza da sociedade, mas, ao mesmo tempo, são corporificações de outra característica essencial do ser-mercadoria: valor de troca.

Também podemos destacar outro fator que se diferencia que é a linguagem (escrita e falada). Segundo Lukács (1979) alguns atos do trabalho só se desenvolverão mediante a relações sociais e a linguagem. Desta forma podemos

observar que os animais possuem diversas limitações e o homem possui a linguagem, a teleologia, o trabalho e a socialização que são pontos fundamentais para compor o ser social. Assim, entende-se que o trabalho além de ser necessário como fonte de sustento, ele tem uma participação fundamental no desenvolvimento do ser social.

Com isso podemos observar que o equilíbrio entre o homem e a natureza se rompe, nas palavras de Marx (1985) “recuo das barreiras naturais”, algo que acontece de forma gradual, um processo de humanização do homem.

O desenvolvimento do ser social – ou a história mesma – pode ser descrito como o processo de humanização dos homens, processo através do qual as determinações naturais, sem deixar de existir, jogam um papel cada vez menos relevante na vida humana. (NETTO & BRAZ, 2006, p.39).

É importante ressaltar o que os autores citados acima trazem como pontos significativos que constituem esse ser. “O homem, no entanto, não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, um ser que é para si próprio e, por isso, ser genérico”. (MARX, 1974, p.47) Como, por exemplo o ser social que é capaz de realizar atividades guiadas; se objetivar materialmente e idealmente; expressar-se e comunicar-se pela linguagem; se universalizar e sociabilizar.

Contudo, essa dinâmica se modifica a partir da instauração do modo de produção capitalista. Este modelo de produção investe em produção de valores de troca, acumulação e a mercantilização de mercadorias (produtos do trabalho) ocasionando uma perda daquilo que o homem tinha para suprir suas necessidades básicas.

Marx (1983) ao abordar o trabalho no modo de produção capitalista resalta que o trabalhador que antes desenvolvia 100% do seu produto, acompanhava todo o processo do trabalho e possuía os meios de produção. Passa então a ser alienado, pois a mercadoria e sua forma de produção se tornam estranhas a ele.

Além disso, não possuem mais os meios de produção (instrumentos de trabalho) e assim não tem mais consciência que seu trabalho produz valor. Esse

trabalhador passa a receber salário por um tempo determinado de serviço e diante de uma atividade fragmentada torna-se um trabalhador alienado, sem horas não pagas, cuja mais-valia é apropriada pelo capitalista.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [*Mehrarbeit*] (*surplus labour*). (MARX, 2013, p. 374).

Em razão disso, o capitalismo transforma a liberdade que o trabalhador possuía. Desta forma o trabalhador que tinha sua liberdade de realizar escolhas, atender suas necessidades, criar elas mesmas e acompanhar todo o processo de trabalho começa a ser refém da venda de sua força de trabalho. Suas possibilidades de escolha se tornam limitadas e atravessadas pelos interesses mercantis. Ficando evidente que a força de trabalho é uma mercadoria, a qual deve ser negociada a fim de assegurar sua sobrevivência e não mais apenas para atender suas próprias necessidades.

Por este motivo cada vez mais as decisões dos trabalhadores se distanciam do seu domínio a partir dessa ideia de liberdade imposta. Esses trabalhadores estão em condição de subordinação ao capitalismo, não tendo mais controle do seu produto e nem da sua forma de trabalho, pois eles estão centralizados para atender o modelo produtivo capitalista. Podemos inferir então que os valores como liberdade, escolhas, potencialidades passam a ser tensionados e modificados nessa nova realidade social. (MARX, 2011)

Com a intensificação do capitalismo as formas de exploração se intensificam e a classe trabalhadora permanece refém da venda de sua força de trabalho como o único meio de sobrevivência. “A classe trabalhadora cria, pois, em antítese consigo mesmo, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009 p; 47).”

Dessa forma, a acumulação capitalista ocorre por meio da exploração, apropriação da mais-valia e acumulação. Marx (1985) mostra o efeito que a acumulação tem sobre a classe trabalhadora, para ele o trabalho é essencial com relação à ampliação do capital e para a acumulação. O trabalhador se torna um

acessório essencial ao capitalismo como integrante do exército industrial de reserva (tencionando os salários), pela atividade produtiva e por meio de seu consumo individual (escoando mercadorias).

Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. e que a camada mais baixa do exército industrial de reserva é a do pauperismo. (MARX, 2013, p. 874).

A noção de exército industrial de reserva nos permite entender, como no modo de produção capitalista, a geração de uma população sobrando assume uma função particular de produto e alavanca do processo produtivo capitalista. Assim juntamente com este processo essa população sobrando enfrenta as condições de desemprego, subemprego, precarização das relações de trabalho, pobreza e miséria. (Marx, 1989, p. 731)

De acordo com Yamamoto (2001) esse quadro é incorporado com o desenvolvimento do pauperismo. A classe trabalhadora vai sendo levada ao extremo das condições de marginalidade, sendo uma parte da população que ainda é apta para o trabalho, mas a falta de acesso ao trabalho o deixa por fora deste espaço de inserção tornando ele e sua prole junto com uma massa importante da população que fica vacante e portanto cai no desemprego, indigência e posteriormente pode até ficar incapacitado para realizar atividades para sobreviver.

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence aos *faux frais* da produção capitalista que, no entanto o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média. (Marx, 1985, p.209, Livro I).

Com isso a miséria e a insegurança tornaram-se uma situação latente e permanentes na vida social. Como se torna algo constante e vinculada ao modo de produção capitalista transforma-se em “questão social”. Portanto observa-se que o pauperismo está entre os fatores que integram o capitalismo. “Quanto maior a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial.” (MARX, 2013, p. 875)

Nesta perspectiva,

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, indispensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

Sendo assim, o pauperismo é alcançado por significados políticos, sociais e econômicos, desta forma passou a ser reconhecida como “questão social”, por ser uma pobreza produzida pelo sistema capitalista.

Portanto podemos observar que a questão social é indissociada do processo de acumulação e das consequências que esse contexto, antagônico entre capital e trabalho, trouxe sobre o conjunto da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2007). Netto (2001) afirma que a “questão social” é característica do crescimento do capitalismo, se relacionando diretamente ao desdobramento sociopolítico.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO E IAMAMOTO, 1983, p.77).

Pois a partir desta transição do desenvolvimento industrial, acarretaram reflexos na qual a “questão social” se acirra: aumento de pobreza, sem condições moradia, baixos salários e intensificação da exploração.

Com o desenvolvimento industrial ocorreram mudanças no mundo do trabalho e assim iniciou-se a fabricação de produtos com mediação de máquinas, e com isso intensificou o acirramento da luta antagônica entre proletariado e burguesia.

Segundo Netto o processo de modernização e industrialização garantiu a continuidade e ampliação das bases do capitalismo, porém traz consigo a intensificação da pauperização onde ocorre o acirramento constante da pobreza. Isso faz com que a “questão social” voltasse a ser novamente discutida. No presente trabalho baseados em Marx e autores do Serviço Social que incluem a perspectiva analítica do autor Marx compreende-se a pobreza como elemento extraído da acumulação capitalista, onde a mesma foi e é constituída por contradições evidentes por meio desse modelo de acumulação. Quanto maior for o desenvolvimento capitalista e geração significativa de riqueza, conseqüentemente será seguido por um grande aumento da pobreza. Segundo Marx, é desta forma que se constitui a Lei geral de acumulação capitalista.

Dessa maneira fica evidente que o crescimento econômico não é um fator como estratégia para combater ou reduzir o pauperismo que provém desse modo de acumulação de riqueza. Este traz conseqüências negativas para os trabalhadores tal como mais exploração, onde é intensificado o trabalho e diminuído o salário referente a sua força de trabalho, igualmente a população trabalhadora se torna marginalizada e socialmente desprezada.

Portanto fica evidente que a classe trabalhadora foi a que mais se lesionou com o modelo de produção. Na medida em que avança o processo produtivo, tecnologias, novas formas de exploração e acumulação intensificam a exploração do trabalho e o crescimento do exército industrial de reserva. Aumentando o índice de desemprego dificultando cada vez mais o ingresso no campo do trabalho.

[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (Marx, 1989, p. 731).

Com o progresso do capitalismo acaba acarretando mais expressões da “questão social”. E fica evidente que está ligada com a exploração e relação capital/trabalho. Ao mesmo tempo em que se desenvolve a riqueza socialmente produzida com a trabalho coletivo, a pobreza é produzida, assim como o desemprego, a fome e a violência. As transformações do modo de produção capitalista acabaram acarretando tais mudanças tanto na parte econômica quanto social pela presença das classes divergentes, que são a burguesia e o proletariado.

Então efeitos são produzidos no modo de produção capitalista como discursos e justificativas que desvinculam a “questão social” do mesmo, dentre eles a ideia de que existe uma nova “questão social”.

Contudo, é preciso destacar que surgem argumentos sobre a presença de uma nova “questão social”. Castel (2009), afirma que as transformações na sociedade é que provocariam mudanças na “questão social”, produziriam novos nuances. Contudo, é impensável uma nova “questão social” tendo em vista que o sistema produtivo não se alterou. Assim, a raiz dessa dinâmica é a mesma. Netto (2001) argumenta de que não se refere a uma “nova questão social”, mas sim de novas expressões da velha “questão social” resultantes do desenvolvimento do capitalismo.

Iamamoto ressalta que a “questão social” não é um fator recente, típico do esgotamento dos trinta anos gloriosos, da expansão do capitalismo, pelo contrário, refere-se a uma questão social oriunda das relações capitalistas a qual na contemporaneidade se reproduz sob novas mediações históricas e simultaneamente assumem expressões em todos os aspectos da sociedade. (Iamamoto 2001, p. 29).

A pobreza era tratada pela ação social da igreja, percebida como problema moral e religioso, ou como caso de polícia por parte do Estado. É a partir da institucionalização que se torna caso de política. Analisando a história da “questão social” no Brasil, podemos observar um primeiro momento, assim como aconteceu nos outros países. Como decorrente dessas condições da expansão do capitalismo e em consonância com Iamamoto, evidencia-se que existe uma criminalização da pobreza e das expressões da questão social, que atinge as

reivindicações da classe trabalhadora vivenciados a partir do processo de desenvolvimento industrial. E com isso eram direcionados aos indivíduos e não relacionados ao Estado, braço do capitalismo.

Por isso entende-se que devido a contradição entre capital e trabalho relaciona-se com a “questão social” que está ligada ao Serviço Social. Quanto maior o crescimento e desenvolvimento capitalista maior será o número de expressões da questão social.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”. (Iamamoto, 1997, p. 14)

O Serviço Social, profissão institucionalizada no ano de 1930 pelo Estado, alia-se a esse debate como mediador e fomentador do consenso junto aos trabalhadores. Isso ocorria porque, à classe trabalhadora era sempre destinada seguir a apropriação do trabalho e a produção de uma subjetividade não questionadora dessa realidade. O Serviço Social rompe com o tradicionalismo³ profissional porém, ainda enfrenta enquanto classe trabalhadora, os impactos da ordem capitalista. Mesmo assim, segue alinhado ao projeto profissional onde pactua o rompimento dessa ordem social com a intenção de ruptura em 1979 Congresso da Virada e se alinha aos direitos da classe trabalhadora.

O amadurecimento teórico-metodológico do Serviço Social começou a partir do período pós- ditadura onde foi consolidado na década de 1970 com o Movimento de Reconceituação vertente intenção de ruptura com o conservadorismo. De acordo com Netto (2006) houve a necessidade de a profissão repensar

³ Esse rompimento seria o movimento de Reconceituação que significa o rompimento do Serviço Social Tradicional em categoria internacional. (NETTO, 1981).

suas estratégias na atuação defronte dessas transformações societárias que atingiam principalmente a classe trabalhadora.

Sendo assim, o projeto ético-político do Serviço Social tem como eixo, um projeto societário. Esse eixo propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia ou gênero, ou seja, este projeto tem o propósito de transformação da sociedade brasileira.

Houve uma transição entre a década de 1980 e 1990, trazendo avanços nas discussões acerca do projeto profissional em que determinados componentes foram construídos e legitimados pela categoria, tais como o atual código de ética profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93), e as novas diretrizes curriculares (1996).

Em consequência disso as novas diretrizes curriculares apontam e defendem uma formação profissional, configurando-se pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Por fim, a formação profissional deve ser orientada a desenvolver alguns pontos, tendo uma perspectiva crítica e dialética.

Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigação crítica sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contida na realidade; apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; exercício profissional cumprindo as competências e as atribuições previstas na legislação profissional e vigor (DIRETRIZES CURRICULARES, 1996. In. CRESS 7ª Região (RJ), 2008, p.51).

Assim, podemos afirmar que o Assistente Social tem como objeto de trabalho a questão social, que é produzida pela relação capital e trabalho no sistema capitalista, e tem-se o mercado como centro norteador das estruturas políticas, sociais e econômicas.

O processo de formação dos assistentes sociais, por orientação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, tem seu eixo de formação voltado para a questão social que, na atual conjuntura, é apreendida “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna mais amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”(IAMAMOTO, apud RIBEIRO,2010, p.81).

Então observa-se que a orientação da diretriz curricular da ABEPSS/1996 vai focar na “questão social”, que era um fator agravante dentro da sociedade. Com isso entende-se que o eixo da formação de 1996 é voltado para questão social.

Desta forma, há um momento em que a categoria direcionava seu trabalho a partir da política social e isso foi reconstruído a partir do entendimento da “questão social” que é produzida por esse modo de produção capitalista.

Visando as diferentes compreensões acerca da “questão social”, entende-se que ela se expressa por meio da luta antagônica entre as duas classes e pelo desenvolvimento econômico capitalista, assim sendo fruto desse processo de desenvolvimento. Entende-se que não se pode definir a “questão social” como um mero problema social e nem resumir as desigualdades sociais.

Uma vez que a riqueza produzida pela massa trabalhadora não é distribuída de maneira igual, a burguesia fica com a riqueza produzida pela classe trabalhadora e com isso essa classe cada vez fica mais rica enquanto o proletariado cada vez mais pobre, tornando-se claro que a “Questão Social” é o reflexo da contradição entre capital e trabalho.

Podemos lembrar o que lamamoto (2003) diz que a questão social é um conjunto de “expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura onde, a produção social se faz cada vez mais coletiva”, na qual o trabalho fica largamente social, ao mesmo tempo que suas consequências mantém-se privadas e monopolizada por uma parte da sociedade. Desta forma, a questão social e trabalho são recorrentes na sociedade contemporânea, atravessando a realidade dos indivíduos na conjuntura social, assim como da categoria de assistentes sociais.

Por isso, no próximo item será abordado de forma mais profunda a questão social no Brasil na perspectiva de se aproximar da realidade brasileira, compreender as particularidades nacionais e perceber as mediações adotadas pela classe detentora dos meios de produção a partir das políticas públicas, bem como as formas de resistência.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Neste tópico será abordado a trajetória sócio histórica das políticas sociais brasileiras, levando em consideração as disputas que ocorreram nos diferentes contextos históricos. Abordará a chegada do neoliberalismo, nos anos 1980, pós ditadura, onde apesar da conquista da redemocratização no Brasil, este entrou em uma profunda crise econômica que dura até os dias atuais, trazendo uma longa jornada de desmonte das políticas.

2.1- POLÍTICAS PÚBLICAS, NEOLIBERALISMO E O DESMONTE DAS POLÍTICAS: CONSEQUÊNCIAS PARA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.

No Brasil a “questão social” é institucionalizada no ano de 1930 no governo Vargas (1930-1945). Na década de 1930 surge o Serviço Social no Brasil. A profissão teve origem ligada à igreja católica e ao ser institucionalizada passa a atender as demandas desse Estado Vargas, assim, responde as demandas a partir de um viés conservador. Mesmo assim, a década de 1930 é muito importante pois é a partir desse período que a questão social deixa de ser caso de polícia e passa a ser referido como uma questão de política.

Levando em consideração esses aspectos, os indivíduos passam a ter os seus direitos sociais assegurados pelo Estado e não pela chamada prática da beneficência e da filantropia.

Pereira (1999), salienta que o país passava por um processo de crescimento industrial, por um desenvolvimento econômico, político e social. E por conta desse crescimento as expressões da questão social se agravaram, ou seja, percebemos mais pobreza, desemprego, poucas moradias e muitos problemas de saúde sobre a população mais empobrecida.

Segundo Pereira, são as precárias condições em que os trabalhadores se encontravam que tornava ainda mais difícil manter sua própria subsistência, e além disso, se tinha um Estado que se negava a atender e reconhecer as

expressões da questão social. Dessa forma nota-se que a produção das relações sociais se expressa no desenvolvimento desigual entre as classes, onde fica claro essas contradições a partir de uma relação de dominação. E o Brasil não foge a essa dinâmica.

Internacionalmente é preciso demarcar que ocorria um movimento distinto do brasileiro. Isso porque estava em vigência nos países de capitalismo central o Estado de Bem-Estar Social, também conhecido como Welfare State. Este marca um novo momento do uso da política social. Pleno emprego, poder de consumo e são aliados ao acesso aos serviços públicos, os quais materializam essas políticas. Os termos Estado de Bem-Estar Social surgiram após a segunda guerra mundial, em 1945 e remontam um período de plena expansão capitalista, altas taxas de lucratividade e circulação do capital sem crises (NETO E BRAZ, 2006). Em virtude disso, autores como Netto (2002), esclarecem que a política social é ambígua, posta como mecanismo de manutenção do próprio capitalismo monopolista ou da classe trabalhadora.

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991, p 8).

Os anos de 1970 são marcados por uma crise internacional de esgotamento do modelo de acumulação capitalista. Harvey (1992) afirma que os ciclos produtivos têm uma forte tendência de enfrentar um período de superprodução de mercadorias, gerando dificuldades de aquisição dessas mercadorias. Neste momento as taxas de lucros diminuíram rapidamente, assim como o crescimento econômico, afetando negativamente o ciclo de produção. Em outros termos, o capitalismo é um modelo fadado a crises econômicas que demandam a adoção de estratégias de sobrevivência desse sistema.

Como proposta de superação e novas alternativas para a retomada do crescimento econômico é debatido a necessidade de iniciar a flexibilização das relações sociais a partir da tomada da “Acumulação Flexível/ Reestruturação produtiva”. A acumulação flexível é caracterizada pela flexibilidade das relações:

econômicas, sociais, culturais e trabalhistas. Esse modelo industrial flexível produz de acordo com a demanda se colocando de forma contrária ao modelo rígido de produção fordista.

Segundo Harvey (1992), a acumulação flexível

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p. 140)

Com a chegada das novas tecnologias, redução dos trabalhadores no chão de fábrica e as contratações por tempo determinado, a quebra de barreiras territoriais, que são características da acumulação flexível, gera a diminuição do trabalho humano. E isso acabou interferindo na vida dos trabalhadores, provocando a instabilidade, o desemprego, a perda salarial e readequação desse trabalhador que deve ser polivalente.

As imposições das políticas neoliberais se alinham a essa realidade e forma de organização coletiva. De acordo com Montaño (2010), é uma doutrina socioeconômica e política que prevê a não participação do Estado na economia, o desaparecimento do Estado e o fomento as privatizações. Defende a liberdade do comércio, visando manter o crescimento econômico e desenvolvimento social do país. Além de acabar com a intervenção social do Estado em diversas atividades, redução de atuação das políticas sociais, as quais atendem as necessidades da classe trabalhadora.

Com a instituição deste novo modelo de produção flexível e do neoliberalismo, podemos inferir que houveram mudanças nas políticas sociais e no mundo do trabalho. Antunes (2002) pontua que esse momento é caracterizado por uma redução do trabalho nos modelos taylorista e fordista (caracterizados pela produção em massa, controle do tempo e produção em série), e é trocado por: flexibilização, precarização, terceirização, desconcentração, além da introdução de novas formas de trabalho doméstico, a falsa ideia da liberdade do tra-

balhador e a redefinição das políticas sociais. Tornando-se cada vez mais, precarizados, subempregados e terceirizados.

Nesse período de instabilidade não só econômica, mas também política, no Brasil, o ano de 1964 marca a história brasileira, pois foi suprimida a liberdade civil pelo modelo controlador de ditadura civil-militar que fomenta a tortura e impõe o silenciamento e o terror como forma de controle social.

O período ditatorial é marcado por um suposto “milagre econômico” onde a economia consegue se estabilizar, mas nem toda a população brasileira sente essa estabilidade financeira. Há um crescimento econômico, uma estabilidade na taxas de empregabilidade, estabilização dos índices inflacionários, mas também um aumento na desigualdade social. Netto (2002) considera a crise do milagre econômico como uma suposta teia entre a crise do capital de influências internacionais e a crise estrutural do capitalismo brasileiro, onde ambos se convertem a uma crise política do regime ditatorial.

Em 1973 essa curva milagrosa é atingida pela crise internacional e a proposta de reestruturação produtiva, pois o desenvolvimento e crescimento industrial duraram enquanto as condições internacionais estavam favoráveis. Mediante a essa conjuntura complexa que se encontrava o país a respeito à economia e política, Figueiredo assume (1979-1985). Onde fica marcado pela transição do regime militar para o democrático. Com o findar do governo de João Figueiredo, houve uma eleição, onde Tancredo Neves foi eleito e a partir daí chegava ao fim da ditadura, porém alguns vínculos que antes já eram enraizados, não foram rompidos nesse período, pelo contrário a dependência econômica só aumentou. (Saraiva, 2017)

Assim, a reforma do Estado deve ser entendida e observada como parte de um processo de transformação histórica e conjuntural desde a crise nos anos de 1970. Onde acontece a redefinição do papel Estado e a reestruturação produtiva por conta dos efeitos da vinda do neoliberalismo.

No Brasil, algumas mudanças pontuais foram feitas como, por exemplo, a implementação de programas que impulsionam a privatização em setores relevantes do Estado. Ou seja, além de ter tido cortes nos gastos sociais há a

instalação de privatizações onde as políticas sociais perdem seu cerne inicial universalista e se convertem a uma linha restritiva, seletora e focalista. Com isso, Behring e Boschetti (2008) deixam claro que as políticas sociais foram “ingeridas” por uma lógica de ajustamento a um novo meio. Mediante a isso, evidenciam estes pontos no neoliberalismo para com as políticas sociais.

Podemos identificar que nesse período ocorre a efetivação da contrarreforma do Estado. Onde fica claro que o Estado se desresponsabiliza com as políticas e não dá crédito para a seguridade social, ou seja, Estado mínimo para o social e máximo para o capital (NETO, 1996).

Sob tal assunto, os autores acima acreditam que o caminho escolhido foi a de redução e restrição dos direitos, onde se desencadeiam em ações pontuais e compensatórias com direção aos efeitos mais perversos de crise, perdendo seu caráter universalista. Assim, não há mais a noção de direito, mas sim de serviços que podem ser comercializados, atividades na base do voluntariado, políticas fragmentadas e focalizadas.

Diante deste processo, Tavares & Melin (1998) afirmam, que o Brasil aderiu ao neoliberalismo devido ao agravamento da crise econômica onde ocorreu entre os anos de 1989/1990. O projeto neoliberal faz com que haja uma redução das funções estatais no campo econômico e conseqüentemente uma redefinição na área social, se dando, sobretudo através da privatização da esfera pública.

O Brasil foi o último dos países latino-americanos, já no começo da década de 1990, a entrar nesse circuito de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo, inserindo-se de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial (TAVARES E MELIN, 1998, p. 51).

Ou seja, o neoliberalismo no Brasil foi marcado por políticas focalizadas, por restrições e seletividade nas políticas sociais. De fato, não conseguiu acabar com a crise existente no capitalismo tampouco trouxe crescimento econômico para o país. Como consequência ocorreu a diminuição dos postos de trabalho e principalmente a precarização das condições de trabalho da população brasileira.

Essa proposta para a classe trabalhadora significa uma grande decadência, pois isso quer dizer sobre um discurso de desregulamentação dos direitos trabalhistas. Onde hoje percebemos na própria atualidade frutos desse declínio, na perda de força dos sindicatos.

A partir disso, a questão social é atendida em modalidade básica pelo Estado e em alguns casos pelo Terceiro Setor que atua com o voluntariado.

De acordo com Yazbek:

Incompatibilidade legitimada pelo discurso, pela política e pela sociedade engendrada no pensamento neoliberal que, reconhecendo o dever moral de prestar socorro aos pobres e “inadaptados” à vida social não reconhece seus direitos sociais. (...) Os liberais entendem necessária à filantropia revisitada, a ação humanitária, o dever moral de assistir aos pobres, desde que este não se transforme em direito ou em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade. (Yazbek, 2001, p. 35-36)

Ou seja, com esses processos que o neoliberalismo defende faz com que o projeto universalista de direitos que pensamos e defendemos fique cada vez mais ameaçado e fragmentado. Podemos observar como um exemplo desse enfraquecimento das políticas onde no governo atual tem-se a reforma da previdência, passando para sociedade que para termos tal segurança devemos adquirir planos de previdência privada, a ideia de privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), e aos poucos se materializando os ideais do neoliberalismo e terceirizando os direitos.

Com isso, podemos observar que o cenário que ilustra a atualidade é de regressão de direitos, isto é, uma demonstração lenta da rota da história, que conforme Yamamoto (2004, p. 1), se designa como a “destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa, quase religiosa, do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização.”

3. TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Neste item buscaremos trabalhar a constituição do Terceiro Setor no Brasil, suas implicações para as políticas públicas e os tensionamentos sobre o trabalho do Assistente Social em um espaço sócio ocupacional. E veremos sobre a escolha deste tema que foi feita a partir de uma experiência realizada no período de estágio, na Fundação Leão XIII de Seropédica.

3.1- BREVE HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR E SUA CHEGADA AO BRASIL

O Terceiro Setor, é composto por instituições sem fins lucrativos e com fins públicos possuem origem norte-americana e surgem em um contexto de fomento ao voluntariado e de governo de bases neoliberais no ano de 1978. Já no Brasil emergiu somente nos anos de 1990, tendo em vista as particularidades políticas, econômicas, territoriais e culturais brasileiras. Para Landim, as organizações não governamentais se solidificam a partir de junho de 1992, com a realização do internacional “Fórum Global”⁴ no Rio de Janeiro que reafirmava a importância do Terceiro Setor.

Vale ressaltar que o Terceiro Setor faz parte de uma divisão de três esferas na sociedade. Elas se dividem em Estado que representa o primeiro setor, o mercado que é o segundo setor e a sociedade civil o Terceiro Setor. Segundo Montaña (2010), essas divisões na verdade são uma estratégia de mistificar os interesses das classes dominantes de caráter neoliberal sobre os recursos orçamentários brasileiros, os quais podem ser apropriados pelas instituições que compõem o Terceiro Setor.

Nesse sentido, podemos compreender que essas divisões possuem uma função ideológica que consiste em transmitir uma ideia de que o Estado é ineficaz e a sociedade civil capaz de assumir as responsabilidades do Estado e

⁴ . Fórum Global – evento realizado no Rio de Janeiro em 1992 que contou com a participação de 1500 ONGs, mobilizando cerca de 2.000 pessoas provenientes de 101 países. A coordenação geral ficou a cargo do Fórum Internacional de ONGs, criado em agosto de 1991 em Genebra durante o 3º Encontro Preparatório (PrepCom) da RIO-92. Composto por três coordenadores: um canadense, Peter Padbury, um filipino, Maximo Kalaw Jr., e o brasileiro Liszt Vieira, indicado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS).

para isso firma parcerias junto ao Estado. Mas também possui uma função política materializada na perda dos direitos sociais e supressão da autonomia dos indivíduos.

Isto significa afirmar que o Terceiro Setor possui como atribuições diminuir o foco de resistência da classe trabalhadora aos ataques e aos direitos promovidos pela burguesia, as quais hoje se apresentam sobre às reformas neoliberais. Além disso, se organiza no sentido de responsabilizar os próprios sujeitos por seus conflitos. Assim exclui a responsabilidade do Estado de assegurar políticas públicas para os cidadãos e com a capacidade que possui de atuar sobre as subjetividades responsabiliza os sujeitos sociais pela condição de pobreza em que estão. Por outro lado, percebemos a manutenção precárias das políticas sociais, através da privatização das organizações estatais, legitimando assim a lógica neoliberal e promovendo como podemos verificar, num duplo movimento: primeiro se tira a responsabilidade do Estado e segundo se auto responsabiliza os sujeitos.

No Brasil, as ONG's nem sempre foram conhecidas com tal e tampouco estavam voltadas para o social. Eram vistas como Centro Populares. De acordo com Gohn (1997), no Brasil a expressão ONG significa uma concentração de indivíduos que de maneira organizada constituem um espaço sob forma de instituição da sociedade civil, sem ter relações e interesses com lucro, com o objetivo de lutar e/ou colaborar com as causas coletivas de um determinado território e um determinado grupo de pessoas. Diante disso, cabe afirmar que a ONG na década de 1980 era importante. Porém nos anos de 1990 ocorre a captura desses espaços pela onda neoliberal e passam a oferecer um atendimento que não é direito garantido, mas uma ajuda momentânea.

Tais ONG's se materializam sob a forma de fundações, associações, cooperativa de trabalho, sociedades (atividades comerciais ou empresarias com fins lucrativos), organizações religiosas e partidos políticos (são regidas por legislação própria), mas apenas as associações e fundações representam o Terceiro Setor (BRASIL, 1988; MONTAÑO, 2008).

Elucida-se a contradição do direito privado que possibilita a autonomia na forma de oferecer os serviços, bem como receber, já que o direito privado

soluciona principalmente relações entre particulares, enquanto o direito público tem como objeto a relação do cidadão com o poder público.

É importante que tenhamos uma compreensão histórica atrelados as Organizações não governamentais (ONG's) como “todas aquelas não estabelecidas por acordo intergovernamental” (LANDIN, 1999). Segundo a autora a autonomia das ações realizadas por estas instituições estava de certa maneira assegurada. Porém hoje, todas as ONG's passam pelas mediações entre o Estado e essas organizações têm autonomia comprometida e o trabalho oferecido perpassado por interesses. De acordo com Landin, essa é uma forma antiga de expressão em que foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no período do pós guerra, período em que as ONG's começaram a ter visibilidade no final dos anos 1980, não possuindo caráter partidário, mas sim uma ligação importante juntos aos movimentos sociais e sindicais. Essa situação se modifica e agora contribui para a “melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados dos organismos estrangeiros” (MONTAÑO 2008, p. 271) é um dos objetivos dessas instituições.

Sendo assim, podemos entender que depois do período do regime militar, as relações sociais se modificam e “o *jogo vira*” para as políticas sociais, as quais passam a ser utilizadas de forma perversa por essas instituições sob repasse de responsabilidades por parte do Estado no atendimento às demandas da sociedade. Cabe ressaltar que o Estado segue se mantendo possuidor da gestão e controle de recursos por meio de projetos. E desta maneira por meio das ONG's, que esses papéis invertidos reinauguram as ultrapassadas ações assistencialistas. (MONTAÑO, 2008).

Diante disso podemos entender que os anos de 1980 do século XX ficou marcado como a década das ONG's. E nos anos de 1990 ela parte para um cunho assistencialista onde atuam no horizonte da solidariedade nas políticas públicas.

O autor Falconer diz,

Na década de noventa, o Terceiro Setor surge como o portador de uma nova e grande promessa: a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização

do capitalismo e, na medida do possível, a superação da pobreza. Uma promessa realizada através de atos simples e fórmulas antigas, como o voluntariado e filantropia, revestidas de uma roupagem mais empresarial. Promete-nos, implicitamente, um mundo onde são deixados para trás os antagonismos e conflitos entre classe e, se quisermos acreditar, promete-nos muito mais (FALCONER, 1999, p 9).

Sendo assim, podemos inferir que o Terceiro Setor surge como um ator que irá compensar ou remediar as ações sociais do Estado a partir de princípios como o da solidariedade. Possui como função reduzir os impactos causados pelas intervenções estatais neoliberais, mas não enfrentar efetivamente tais impactos. Dessa forma o direito, ele se perde e passam a ser serviços que podem ser vendidos, com atividades na base do voluntariado, políticas fragmentadas e focalizadas.

Como podemos observar o Terceiro Setor surge em um contexto da reestruturação do modelo de produção no mundo do trabalho, do capital financeiro, a fragmentação dos direitos trabalhistas e acirramento das expressões da questão social. Se configura em uma ferramenta de reestruturação do sistema capitalista por oferecer serviços de baixo custo e que ainda transmite a ideia de que o Estado está atuando (IPEA, 2011). Acredita-se que o Terceiro Setor se organiza em meio aos movimentos sociais, porém quando começam a caminhar e a serem financiadas por recursos públicos e /ou privados se tornam mais uma ideia de o capital se renovar e permanecer enquanto modo de produção social.

É importante destacar que, o Terceiro Setor se configura num espaço onde há a redução do Estado de direito para o social e há neste uma inclinação para os interesses do Capital, num contexto em que as políticas neoliberais são implementadas.

Assim, surge supostamente como uma solução encontrada pela "sociedade civil" para preencher uma lacuna deixada pelo Estado. Mas Montaño afirma que é necessário compreender o verdadeiro papel que o "Terceiro Setor" tem na implementação das políticas neoliberais e na reestruturação produtiva.

Quando os teóricos do "Terceiro Setor" entendem este conceito como superador da dicotomia público/privado, este é verdadeiramente o "terceiro" setor, após o Estado e o mercado, primeiro e segundo, respectivamente; o desenvolvimento de um "novo"

setor que viria dar as respostas que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar. Porém, ao considerar o “Terceiro Setor” como a sociedade civil, historicamente ele deveria aparecer como o “primeiro”. Esta falta de rigor só é desimportante para quem não tiver a história como parâmetro da teoria (MONTAÑO, 2007, p. 54-55).

Tirada a responsabilidade do Estado sobre as demandas sociais, tal incumbência é transferida para o mercado, quando são lucrativas ou para a chamada Sociedade Civil quando são de caráter deficitário.

Nesse contexto, os indivíduos que não possuem condições de acessar os serviços privados, a alternativa seria viver de doação, caridade e solidariedade, pois sem a ideia de se inserir pela assistência estatal, restará apenas o âmbito do Terceiro Setor.

É nesse contexto que surge o trabalho voluntário, definido pela Lei 9.608/1998 como a atividade não-remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Contribui para tirar a responsabilidade do Estado no campo das políticas sociais, além de favorecer despolitização diante das expressões da questão social, do cenário político, econômico e social brasileiro. (Brasil, 1988)

Como podemos observar Terceiro Setor e Sociedade Civil não são sinônimos, cada um tem sua própria especificidade. De uma forma mais resumida podemos dizer que a sociedade civil é uma forma que indica o conjunto de organizações, onde formam a base de uma sociedade em exercício, por oposição às estruturas apoiadas pela força de um Estado.

Com isto, a relação Estado e sociedade civil tendem a ser tensionada. Contudo, quando alguns segmentos da SC estão em articulação com a filantropia empresarial, o objetivo é a busca de mediações, do consenso para a solução dos conflitos e não as lutas sociais.

O Terceiro Setor se configura no decorrer das últimas décadas dentro de contextos sociais, econômicos, políticos, complexos, instáveis, com mudan-

ças aceleradas causadas pela globalização e grande desenvolvimento tecnológico e científico, porém, rodeado de muita pobreza e desigualdade social.-(RODRIGUES, 1998).

O Terceiro Setor acaba se configurando também como uma forma de refilantropização da “questão social” e desapropriação do Estado do seu papel de principal mantenedor das políticas sociais. Ou seja, pode até parecer ser um espaço que permite a participação da sociedade, no entanto, faz parte da fragmentação das políticas sociais, desregulamentação de direitos, ataque a democracia, cidadania e retomada da filantropia: descontínua, despolitizada, vinculada a matriz religiosas e que prega o não direito (MONTAÑO, 2010).

3.2- TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM SEROPÉDICA

Mesmo diante de tantas contradições o “Terceiro Setor” é uma área em que o Assistente Social realiza sua intervenção profissional. Nesse segmento o Assistente Social, a partir da compreensão do contexto em que estas organizações estão inseridas e da consciência de suas competências dentro desse espaço de intervenção, poderá efetivar uma prática de gestão social guiada pelo projeto ético político da profissão (RONCONI, 2003).

Para isso o profissional possui os instrumentos e técnicas. A instrumentalidade essa necessária para o agir profissional. São capacidades construídas pela categoria para analisar a realidade, as contradições e as possibilidades (GUERRA, 2000).

Logo, entende-se que esse profissional deve ser capaz de compreender a realidade, ter um perfil crítico, apto para formular e reformular ações que fortaleçam o projeto ético-político da profissão na lógica de garantia de direitos. Deste modo se mobilizando pela consolidação dos direitos da sociedade e na luta pelo enfrentamento das expressões da questão social. Dessa maneira irá na direção contrária da lógica posta no Terceiro Setor e assim tentar viabilizar direitos.

A atuação do Assistente Social no Terceiro Setor se destaca na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas,

contribuindo para legitimar o “ativismo social” do “mundo dos negócios capitalistas”. (AMARAL, 2009). Assim, o Serviço Social no âmbito do Terceiro Setor pode romper com os princípios e valores postos no Projeto Profissional, ferindo dessa maneira seu código profissional.

3.3- TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA DE SEROPÉDICA

A cidade de Seropédica situada na baixada fluminense possui cerca de 78.186 habitantes de acordo com o último censo do IBGE/ Cidades (2019). Formam a Baixada Fluminense os seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Seropédica, Nilópolis, Belford Roxo, Magé, Guapimirim e Mesquita. Onde a “questão social” se expressa pelo grande índice de desemprego e informalidade, baixo índice de escolaridade, ausência de serviços básicos, saneamento básico, municípios marcados pela violência e abandono do Estado. Espaço aberto para a realização de atividades pautadas nos valores do voluntariado, bondade, compaixão e do não direito diante do abandono estatal.

De acordo com Robaina (2013), a Fundação Leão XIII foi criada na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de Janeiro de 1947. A chegada da Fundação significou agregações de ações no âmago das comunidades cariocas com início dos Centros de Ações Sociais. Estes funcionaram como um espaço de planejamento, organização, administração e especialmente, de execução das atividades políticas e sociais no interior dessas comunidades.

Essa fundação, teria como objetivo atuar nos espaços de vulnerabilidade social, para buscar alguma melhoria de garantir a população que se encontram em situação precária. Sua criação foi baseada de forma direta a precarização existente dentro desses espaços, assim, como um processo por meio de “recuperação” do poder do Estado, através de sua intervenção político-social. Dessa forma, a instituição se tornou uma entidade público-privada católica pioneira na construção de uma metodologia de trabalho com políticas públicas baseadas não apenas na repressão aos favelados, mas também na produção de consenso através da educação com participação de equipes multiprofissionais, incluindo o Serviço Social.

Nesse território que a Fundação Leão XIII se situa, Seropédica. É demarcado por esquecimento das ações políticas, o bairro Ecologia é de difícil acesso, não possui muitos serviços para a população, poucas linhas de condução para poder chegar a instituição e isso faz com que muitos dos usuários acabam não conseguindo chegar e usufruir dos serviços. Vale ressaltar que é uma marca a falta de uma rede de serviços naquele território: poucos serviços médicos, sociassistenciais, previdenciários, educacionais e digitais (serviços de internet).

O equipamento, a Fundação Leão XIII, tem uma infraestrutura precária, poucos recursos, ausência de uma equipe multiprofissional. Havia poucos funcionários e não existia uma divisão de tarefas bem delimitada, não possuía linha telefônica funcionando no local, tampouco internet, ou seja, o trabalho a ser realizado naquele espaço estava. Com isso podemos verificar a falta de interesse do poder público com a população, havendo um desinteresse social.

É importante ressaltar que a Fundação Leão XIII também é uma porta de entrada para garantia de direitos, mas passa por esses muitos entraves, o que dificulta a materialização dos direitos. O perfil da população e as demandas que chegam no equipamento a procura de informações e projetos, são de indivíduos e famílias que carecem de políticas sociais específicas para localidade. A população era majoritariamente dos bairros de Boa Esperança, Cabral, Campo Lindo, Canto do Rio, Carretão, Centro, Chapecó, Ecologia, Fazenda Caxias, In-cra, Jardim Maracanã, Jardins, Nazaré, Jacimar, Piranema, Santa Alice, Santa Sofia, São Miguel. Territórios extremamente empobrecidos, distanciados dos grandes centros e com déficit de serviços.

A Fundação Leão XIII em Seropédica atua já na perspectiva do Terceiro Setor ofertando ações pontuais, emergenciais e de baixo impacto na vida dos sujeitos. A isenção na emissão de primeira e segunda via de documentos o projeto “novo olhar” onde tinha parceria com a prefeitura são alguns exemplos. Esse projeto tinha como objetivo entregar óculos de grau e realizar cirurgias gratuitas de catarata para pessoas com idade superior a 40 anos e só poderia atender quem ganhava até dois salários mínimos.

Porém essas ações foram diminuindo devido à falta de recursos e disputa orçamentária. E assim se centrando nas atividades denominadas oficinas. Elas são ministradas pelo oficineiro e Assistente Social, e são caracterizadas por aulas de pinturas em tecidos, reciclagem, trabalhos manuais com emborrachado, desenhos em sabonetes. Atividades artesanais que fomentam o “empreendedorismo⁵” individual e introjetam na subjetividade dos sujeitos a falsa ideia de autonomia. O Serviço Social usa o momento de elaboração desses produtos artesanais para realizar rodas de conversas. Cada dia é tratado um assunto, como a violência contra as mulheres, e outros temas eram sugeridos pelas próprias usuárias.

É a partir dessas rodas de conversa que as inquietações surgiram acerca da atuação, porque haviam nesses debates reafirmações da lógica da ajuda, nenhum debate político, sobre direitos e organização de trabalhadores para enfrentar a realidade social excludente posta naquele território. Ou seja, as ações tomadas corroboravam com o não direito, o não acesso e a não luta social.

Assim inferimos que formas da atuação na capacitação/formação dos usuários eram totalmente voltadas ao assistencialismo, ligado a troca de favores e questões políticas⁶. E assim, percebemos como entraves para a construção da cidadania e garantia dos direitos dos usuários, bem como a possível violação do código profissional.

Podemos observar que o Serviço Social e os outros profissionais estavam limitado pelas condições da ONG; atravessamentos políticos e institucionais que impediam a realização de um trabalho efetivamente alinhado ao Projeto Ético Político do Serviço Social. Desta forma podemos observar que a ONG tem um viés político, atende a interesses particulares ao não atender as reais neces-

⁵ Ação tomada pelo indivíduo para iniciar seu próprio negócio sem nenhum sócio, por isso empreendedorismo individual. Se inicia por ideias de produção e venda do seu próprio produto, que no caso das mulheres que participavam, faziam seus produtos e vendiam para ter seu retorno financeiro.

⁶ Essas questões políticas são ações que no município já tem costume de acontecer. Elas acontecem, por exemplo, como uma espécie de troca de favores, onde se a população recebe uma ajuda, conquista algo (por intermédio de algum agente político) ou até mesmo tem o seu negócio funcionando sem problemas, eles se veem na “obrigação” de retribuir com o voto. No caso do equipamento não haviam muitos recursos por esse motivo, por não ter apoio da prefeitura local.

sidades que o município e a população demanda, fazendo com que esse trabalho do Serviço Social se torne limitado e tensionado por esse viés. Contudo, isso reproduz subjetividades sem críticas, oferecem ações e serviços, os quais a população acredita que são direitos, mas não o são. (Iamamoto 2007)

Mesmo diante de tantos questionamentos, é necessário entender que o Terceiro Setor é importante, tem se tornado uma área vasta para atuação de diversos profissionais, se tornando um campo multiprofissional importante para a categoria. Espaço onde o profissional de Serviço Social pode colaborar desenvolvendo ações que contribuam sim para a garantia de direitos. Mas isso implica em enfrentamentos cotidianos nos espaços de atuação e lutas contínuas para sim, garantir direitos, valores que lutem por outra ordem social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do trabalho Serviço Social e Terceiro Setor, buscou trazer como estudo a “questão social”, a trajetória no Brasil das políticas sociais, a chegada do Terceiro Setor e a atuação profissional do assistente social neste espaço sócio ocupacional. A partir do período de experiência de estágio nesse campo de trabalho podemos observar que os desafios enfrentados pelo Assistente Social no processo de garantir direitos não só nesse espaço como em outros são enormes.

Essa inserção no equipamento permitiu realizar algumas observações a respeito do processo de trabalho, as demandas e de como os profissionais correspondem a tais demandas. Com isso as inquietações surgiram acerca da atuação do Serviço Social neste campo, onde envolvia conflitos de interesse, não havia autonomia por questões políticas e entre outras questões, as formas de “fazer” política e capacitação/formação dos usuários eram totalmente voltadas ao assistencialismo.

Desta forma fica claro pelo nosso estudo sobre o Terceiro Setor que ele é composto por instituições sem fins lucrativos porém com fins públicos e que ele emerge no Brasil nos anos de 1990. E surge como uma suposta solução encontrada pela sociedade civil para atuar nas lacunas em que o Estado não estava atuando sobre as demandas sociais.

Com base no que foi estudado e descrito no trabalho entende-se que o Terceiro Setor acaba se configurando também como uma forma de refilantropização da “questão social” e reforçando a ideia de afastamento do Estado no seu papel mantenedor das políticas sociais.

Quando nos referimos ao assistente social como profissional que atua no campo do Terceiro Setor, é preciso entender que suas ações devem ir além das margens do assistencialismo e se alinhar a categoria da emancipação com o intuito de buscar a efetivação de direitos na vida dos sujeitos.

Contudo o Terceiro Setor é espaço perpassado por contradições, pois em alguns lugares ainda trabalham com a configuração da ajuda, sem a visão da possibilidade de superação das expressões da “questão social”. Isso porque,

acabam não focando na extinção dos problemas sociais e conseqüentemente promovem ações superficiais e imediatas, transformando a realidade imediata.

Diante das dispostas inquietações, observa-se que se torna necessário trazer como ponto importante a presença do Serviço Social num espaço público e laico. Onde é fundamental um trabalho embasado e de qualidade social através de garantia de direitos.

Há necessidade de abertura de concursos públicos, para atuação do serviço social em um espaço não assistencialista, trazendo igualdade de oportunidade e melhoria dos serviços.

É importante destacar que o Terceiro Setor não pode ser somente visto como um ponto negativo, ele tem sua importância em um contexto social para a população. Porém, não deve atuar no lugar do Estado e também não pode ser configurado com as noções de caridade e filantropia. Desta forma é necessário ter o assistente social neste campo, para realizar uma leitura da realidade crítica do espaço, compreendendo limites e possibilidades, para atuar com uma visão crítica e reforçar o caráter de direito social, rompendo com as ações de caridade e filantropia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS, Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Caderno ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, 1997. In. CRESS, 7ª REGIÃO. Assistente Social: Ética e Direito. Vol. I - 5ª ed. Rio de Janeiro: CRESS -7ª Região, 2008. (Coletânea de Leis e Resoluções).

AMARAL, Ângela Santana do. **O trabalho do Assistente Social nas fundações empresariais**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, Ricardo; **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008 – 5. Ed. – (Biblioteca Básica do Serviço Social).

BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira**. Psicol. Soc., vol.15, n. 1, Belo Horizonte, jan./jun. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário** (trad. Iraci D. Poleti). 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Falconer, Andres Pablo (1999). **A Promessa do Terceiro Setor: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem fins Lucrativos e de seu campo de gestão**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP-SP.

FALEIROS, Vicente Paula de. **O que é política social**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Primeiros Passos).

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997a.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural: *Acumulação flexível – transformação sólida ou reparo temporário***. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; “A questão social no capitalismo”. In: *Temporalis*. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **As dimensões ético-político e teórico-metodológico no Serviço Social. 2004.** Disponível em: < http://www.fne-pas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf> Acesso em: 11 de ago. 2020

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IGOR MARTINS MEDEIROS ROBAINA. **Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XIII sobre as favelas cariocas (1947-1962)**. Disponível em: <http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v6n5/Espacialidades_v6n5_09.pdf> Acesso em: 13 de ago. 2020.

IPEA, Anais do I Circuito de debates acadêmicos. **Desafios contemporâneos acerca do Terceiro Setor e Serviço Social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe, 2011.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2019.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível**. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
(B)

LANDIM, Leilah. **Notas em torno do Terceiro Setor e outras expressões estratégicas.** O social em questão. Coleção Enfrentamentos da questão social, Rio de Janeiro, n. 4, 1999.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. 191 p.

Marx, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas, v. 1).

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (os economistas).

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1 e 2.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

MONTAÑO, Carlos; **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “Terceiro Setor”.** 2007.

MONTAÑO, Carlos; **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente da intervenção social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo; **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** Em Pauta (Rio De Janeiro), v. I, p. 135-170, 2007.

NETTO, José Paulo; **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo; **Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis, n3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara; **As políticas dos anos 90: crise ou reestruturação?** In: Debates Sociais. Rio de Janeiro: CBCISS, n.57, 1999.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Gestão social e economia solidária: Desafios para o serviço social**. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Disponível em: Acesso em junho de 2016.

SARAIVA, Vanessa. Cristina dos Santos. **Reflexões sobre a medida de acolhimento institucional e o direito de convivência familiar em Duque de Caxias**. 2018. 130f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2018.

TAVARES, Maria da C. & MELIN, L. Eduardo. **Mitos globais e fatos regionais**. In: FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S. & NORONHA, J. C. (Orgs.) Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 41-54

RIBEIRO, Eleusa Bilemjiam. **O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais**. In: FORTI, Valéria. Guerra, Yolanda (orgs). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro. Editora Lúmen Júris, 2010, pg. 79-101.